

## / PALAVRA DO LEITOR

## Migração ao Litoral Norte

Os municípios do Litoral Norte vêm assumindo nos últimos anos uma posição que vai além do veraneio. Foi assim na recente tragédia climática, quando milhares de pessoas sem água e luz se deslocaram para essas cidades (caderno Empresas & Negócios, **Jornal do Comércio**, 16/06/24). O Litoral Norte recebe muita gente no verão! A população aumenta em até 10 vezes. Se no verão é possível, todos vão ao Litoral e gostam, por que não fazer isso também no inverno? (*Fábio Brogni*)

## Litoral Norte II

Resta colocar um trem de alta velocidade com estações em Tramandaí, Imbé, Capão e Atlântida e aí entramos no primeiro mundo. A gauchada da Região Metropolitana de Porto Alegre trabalhando na cidade grande e morando no litoral... imaginem viagens entre 50 min a 1h20min... resolveria muita coisa! (*Leonardo Mitidiero Mansor*)

## Litoral Norte III

Excelente e oportuna matéria sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. (*Wilson Lima*)

## Trensurb

A situação na Estação Mercado da Trensurb é surreal. Lixo e resíduos quase transbordam no acesso à estação, que fica no subsolo (coluna Minuto Varejo, JC, 13/06/2024). Quem reclama da sujeira deveria se juntar às turmas de limpeza para acelerar a retomada da normalidade. (*Francisco Santos de Oliveira*)

## Mercado Público

O Mercado Público de Porto Alegre foi reaberto no dia 14 de junho, de forma parcial, após 41 dias fechado por conta da enchente histórica de maio. Na semana seguinte, outras lojas também voltaram a funcionar (JC, 14/06/2024). Para que o Mercado não sofra com novas inundações, é preciso dar prioridade aos bueiros ao redor. Isso, certamente, evitaria prejuízos futuras enchentes. (*Daniel Custódio*)

## Ensino EAD

O ensino do tipo EAD (a distância) chegou para ficar e não há como lutar contra. Contudo, há como aprimorá-lo, e muito! Quem passa pelo EAD diz que é muito mais fácil assistir aulas, fazer trabalhos e ser aprovado. É preciso aumentar os índices de educação, mas não a custo de gente despreparada. Na minha visão, no estudo EAD as provas devem ser presenciais, o grau de dificuldade deve ser o mesmo que a do tipo presencial. Sem dúvida, muita gente boa se formou (e se formará) no EAD, assim como muita gente "ruim" se formou (e se formará) no presencial. O que espero é que todos tenham a formação desejada, mas que isso não seja às custas de ensinamentos de baixa qualidade ministrado por faculdades que fazem de tudo para vislumbrar lucros. (*João Paulo Silveira, Porto Alegre*)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

## / ARTIGOS

## União: de promessas a ações concretas

Professor Bonatto

A responsabilidade do governo federal é primordial na reconstrução do Rio Grande do Sul pós-calamidade. Esta tragédia é uma crise humana e econômica que exige ações urgentes e efetivas por parte da União. A Lei Complementar 206, de 2024, que suspende temporariamente o pagamento da dívida estadual, é paliativa. Sem o perdão da dívida, haverá restituição à União com correção, pressionando as finanças estaduais. É um alívio temporário, mas não resolve os problemas subjacentes.

Os números são alarmantes: mais de 2,3 milhões de pessoas afetadas e 475 municípios impactados. A economia nacional também sofrerá, com previsão de queda de 0,3 pontos percentuais no PIB do Brasil e quase 7% no PIB do RS em 2024. A perda econômica estimada é de R\$ 22,1 bilhões, incluindo dificuldades logísticas e paralisação de atividades.

As medidas propostas pelo governador Eduardo Leite são cruciais diante da crise, porém, insuficientes sem o apoio contínuo da União. O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, similar ao implementado na pandemia, é vital para preservar empregos e mitigar os efeitos sociais da tragédia, dependendo da eficácia da implementação federal.

A solicitação de R\$ 10 bilhões em apoio financeiro emergencial é crucial para cobrir perdas de

arrecadação e manter serviços públicos essenciais no RS. A criação do "Seguro-Receita" também é importante para fornecer suporte financeiro a estados e municípios em calamidades, sendo uma rede de segurança vital para enfrentar crises futuras.

A queda de 22,7% na arrecadação de ICMS e perdas projetadas de até R\$ 10 bilhões para 2024 destacam a necessidade de um apoio contínuo e robusto do governo federal. A tragédia no RS requer uma resposta multifacetada, com medidas imediatas e estratégias de longo prazo para reconstrução e recuperação econômica.

O governo federal deve não apenas propor, mas implementar ações eficazes para manter empregos, repor receitas e apoiar a recuperação econômica do RS. As medidas atuais são insuficientes diante da crise, e o apoio contínuo da União é essencial para a reconstrução do Estado. É crucial que a Presidência da República assumam um papel decisivo, garantindo que as promessas se tornem ações concretas e eficazes.

*Deputado estadual e líder da bancada do PSDB*

As medidas propostas por Eduardo Leite são cruciais, mas insuficientes sem o apoio da União

## Gestão de águas nas inundações

Sidnei Agra

As inundações recorrentes no Rio Grande do Sul evidenciam a complexidade da gestão das águas, envolvendo hidrologia, urbanismo, saneamento básico e drenagem urbana. Esses eventos causam mortes e destruição, afetando a qualidade de vida, economia e meio ambiente.

A hidrologia, que estuda o comportamento da água na natureza, é crucial para mitigar as inundações. O clima subtropical do nosso estado resulta em chuvas intensas que sobrecarregam as bacias hidrográficas. Redes de monitoramento hidrológico e sistemas de alerta precoce são essenciais para reduzir danos e salvar vidas.

Nas cidades, a gestão de águas pluviais é vital para prevenir alagamentos. Muitas cidades gaúchas têm infraestrutura inadequada, com sistemas de drenagem obsoletos incapazes de escoar o volume de água das chuvas. A urbanização descontrolada, que impermeabiliza o solo, agrava a situação.

Planos de saneamento e gestão de recursos hídricos devem ser integrados e eficazes. Governos precisam priorizar investimentos em saneamento e gestão

de águas, garantindo obras eficientes e sustentáveis.

As enchentes comprometem a qualidade da água pelo transbordamento de esgotos e contaminação de fontes potáveis. O excesso de sedimentos e poluentes sobrecarrega os sistemas de tratamento. É necessária uma abordagem integrada para enfrentar eventos hidrológicos críticos, incluindo infraestrutura adequada e soluções baseadas na natureza, como parques urbanos e áreas de retenção.

Tecnologias de permeabilização do solo, como pavimentos porosos, são igualmente importantes. Educação ambiental e conscientização da população sobre gestão das águas são fundamentais para implementar soluções eficazes e considerar alertas de defesa civil.

A coordenação entre governos e sociedade civil é essencial. Políticas públicas bem articuladas, baseadas em dados científicos e práticas sustentáveis, podem transformar a gestão das águas no Rio Grande do Sul, mitigando os efeitos das inundações e promovendo um desenvolvimento urbano resiliente.

Os problemas hidrológicos no estado refletem uma gestão inadequada das águas que precisa ser revisada e melhorada. A integração de hidrologia, urbanismo, saneamento e planos de recursos hídricos deve ser harmoniosa para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e garantir um futuro seguro e sustentável.

*Diretor da Profill Engenharia e Consultoria Ambiental*